

AValiaÇÃO PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA BUSCA EM SÃO GONÇALO/RJ

VOLOTÃO, G. S. R.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ, gracianevolotao@hotmail.com

O presente artigo se dedica a analisar o procedimento avaliativo adotado pela Rede pública de São Gonçalo/RJ, especificamente no ano de 2015, período em que a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) realizou como estratégia para elevar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nas escolas municipais, encontros de Avaliação, Desempenho e Monitoramento (ADM). De acordo com os registros, da SEMED foram realizadas reuniões com a equipe técnica-administrativa-pedagógica das escolas, em atendimentos personalizados, propondo uma investigação dos dados de cada unidade escolar em torno do seu projeto político pedagógico, plano de ação, indicadores de aprendizagem e fluxo conforme os dados do INEP (Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e do censo escolar.

Por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, esta investigação envolve a análise documental, considerando os registros da ADM e se propõe a questionar: O procedimento adotado pela SEMED interferiu na gestão das escolas? Os registros revelam alguma resistência quanto à ideia de ranqueamento e aos direcionamentos dados pelas agendas políticas no uso das avaliações externas nacionais que seguem a hegemonia neoliberal e orientam a agenda educacional no Brasil? Se houve, quais foram os registros das opiniões das equipes participantes da ADM, seja da SEMED ou dos representantes das escolas, sobre o significado da utilização dos dados das avaliações em larga escala?

A avaliação da aprendizagem não é algo novo para as escolas, pois sempre foi realizada na escolarização, porém como explica Dalben e Almeida (2015) ganhou centralidade para o financiamento dos sistemas educativos e de suas instituições escolares com a implementação das avaliações de larga escala, que estabeleceu uma “correlação entre a aprendizagem dos alunos e a proficiência medida nos testes padronizados”. Em uma proposta de avaliação Multidimensional, ao contrário dessa, explicam os autores, “existe a possibilidade de que cada escola defina quais dimensões são prioritárias em função do contexto no qual está inserida”.

A Meta 7 do Plano Nacional de Educação estabelece o fomento da qualidade da educação básica, com a proposição de melhoria da aprendizagem e do fluxo escolar. As estratégias que compreendem essa meta no plano nacional, não estão sendo cumpridas, segundo Freitas (2018)

essas são “as poucas que colocariam a política educacional em outra direção”, citando “as estratégias 7.3 que incentiva a avaliação institucional multidimensional das escolas, e a 7.4 que visa induzir processo contínuo de avaliação das escolas de educação básica”.

A gestão municipal consolidou dados dos relatórios das avaliações externas nacionais e o censo escolar de 2014 propondo, a partir deles, a discussão e levantamento de demandas que impediam a qualidade da escola. Na análise desses encontros registrados em atas próprias foi possível observar como afirma Lima (2015) que há nestes relatórios de avaliações externas “pouco lugar para a discussão de questões educacionais” sendo ignorados os processos de decisões ocorridos no interior das escolas, não havendo “relações entre o relatório de avaliação interna e o relatório de avaliação externa”.

O movimento em torno dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) se for realizado no coletivo, como se propõe, torna-se um importante instrumento democrático que oportuniza o planejamento, a avaliação durante o processo, redirecionando as relações e o ensino-aprendizado. A prática de uma avaliação institucional, como devem se propor também os PPP’s, podem promover, conforme Dalben e Almeida (2015) a criação de novos indicadores na estatística, em uma avaliação multidimensional e não unidimensional como são atualmente os relatórios das avaliações de larga escala, explicando que os novos indicadores devem representar “tanto o trabalho desenvolvido (indicadores-meio), como os resultados obtidos (indicadores-fim)”. Acreditam os autores, que assim seja possível gerar “importantes informações a serem objetos de análise no processo de avaliação institucional, assim como no delineamento das políticas públicas”.

Os encontros de ADM em 2015 foram organizados para relacionar as questões apresentadas com as intenções anunciadas nos Projetos Políticos Pedagógicos e plano de ação, sendo registradas em atas as opiniões dos sujeitos sobre o cotidiano, as dificuldades, o clima escolar, a avaliação da aprendizagem, a reprovação, a falta dos insumos e as dificuldades no acompanhamento pedagógico aos estudantes com defasagem curricular. Segundo Lima (2015) há uma tendência, a partir da existência da avaliação externa, a entender a escola como uma “unidade de gestão, manifesta-se uma visão insular, atomizada, como se os avaliadores estivessem perante instituições dotadas de autonomia”, ignorando outros elementos que dependem mais do poder central do que das decisões das escolas, como: o grau de adequação das instalações, espaços e equipamentos. Conforme lembra Esteban (2008) que a discussão da qualidade no modelo do sistema capitalista não perpassa pelo debate sobre a desigualdade, no que se refere à distribuição e à valorização dos diferentes conhecimentos ou nem sequer pela negação das epistemologias diferentes em que o fracasso e a

própria desigualdade são gerados pela competição nas escolas que alimentam a dinâmica social produzida por esse modelo.

Nas atas que registraram os encontros da ADM observa-se que esses foram espaços privilegiados de oitiva da equipe técnico-pedagógica-administrativa nas suas dificuldades cotidianas, promovendo diálogo com seus pares, que acaba sendo inviabilizado pelo cotidiano tumultuado, pela burocracia e urgências. A realização desses encontros foi projetada para revisão semestral, porém não ocorreu.

Conclusões

Ao tratarmos de qualidade da educação, especificamente na reflexão sobre o discurso hegemônico de qualidade, devemos nos remeter às lutas e resistências no campo educacional. A clareza de que os discursos envolvendo a palavra qualidade não possuem a mesma ideia é um bom início para essa conjuntura. Estamos testemunhando discursos que confrontam com muitas de nossas constatações nos bastidores da escola pública, laica e gratuita. Segundo Esteban (2008):

A ideia de qualidade unívoca e no singular se insere em um projeto de escola comprometido com a busca de um enquadramento que homogeneiza culturas, valores, conhecimentos e práticas, em um contexto social profundamente marcado pelo predomínio da epistemologia positivista. O discurso hegemônico sobre a qualidade da educação se entretetece aos compromissos da democracia (neo)liberal, tornando opacas as contradições presentes no discurso de defesa da escola de qualidade para todos que institui práticas de classificação, denominação, seleção, exclusão e subalternização de muitos. (ESTEBAN, 2008, p.8)

Nessa perspectiva de encontrar o sentido para a qualidade que se almeja, percebe-se a necessidade de espaços de decisões coletivas, que têm sido um desafio nas escolas públicas, mesmo previstos em legislações, o que não garante a sua efetivação na prática. A proposição de momentos coletivos nas unidades escolares possibilita buscas que oportunizam alternativas para a avaliação em uma concepção emancipatória, contraregulatória e que invistam ao conhecimento aprofundado para apresentar resistência às avaliações unidimensionais de larga escala, que apresentam indicadores que tendem a padronizar o currículo, as práticas educacionais e que se anunciam como definidora de políticas públicas para a qualidade da educação, não oferecendo sensibilidade as desigualdades sociais em que as escolas estão inseridas, o respeito às identidades, culturas e tempos diferentes de aprendizado. Sendo possível sugerir outros percursos, como explicam Dalben e Almeida (2015):

“...os modelos multidimensionais de avaliação de larga escala associados à avaliação institucional interna à escola certamente abrirão novos horizontes

para o trabalho escolar, uma vez que os estabelecimentos escolares não apenas poderão promover o reconhecimento e a complementação dos dados medidos externamente, como serão capazes de gerar dados internos e propor ações que possam garantir a melhoria dos processos vivenciados no cotidiano escolar, rumo a um trabalho que assegure a qualidade social almejada para a garantia do direito à educação constitucionalmente previsto” (DALBEN e ALMEIDA, 2015, p.25).

Por intermédio da análise parcial documental foi possível inferir que os encontros viraram um espaço de levantamentos de demandas que dependiam, na grande maioria das vezes, das políticas governamentais e do próprio órgão central, emergindo as dificuldades de comunicação com as famílias dos estudantes que estavam evadindo, a falta de infraestrutura e manutenção dos prédios, escassez de recursos materiais, humanos e a inviabilidade de atendimento adequado aos estudantes com deficiências.

A percepção de uma educação que tem para além dos indicadores de IDEB outras questões fundamentalmente importantes para garantir entre outros direitos sociais, também o direito à educação para todos e todas, torna necessária a investigação de como estão ocorrendo as reflexões das políticas educacionais e suas implementações no território da escola pública.

Referências

BRASIL. Lei 13.005/2015. De 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 jun. 2014.

DALBEN, A., ALMEIDA L. C. *Para uma avaliação de larga escala multidimensional*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 26, n. 61, p. 12-28, jan./abr. 2015 Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ae/article/view/3140/2954> > Acesso em: 15 abr 2018

ESTEBAN, M. T.. *Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação*. Revista Portuguesa de Educação, v. 21, p. 05-31, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. *Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Meta 7 – Aprendizado adequado na idade certa*. Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Organização: João Ferreira de Oliveira, Andrea Barbosa Gouveia e Heleno Araújo [Livro Eletrônico]. – Brasília: ANPAE, 2018

LIMA, L. C. *A avaliação institucional como instrumento de racionalização e o retorno à escola como organização formal*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1339-1352, dez., 2015.

SÃO GONÇALO. Avaliação, Desempenho e Monitoramento. Atas disponibilizadas do arquivo SEMED, 2015.